

Celso Furtado: Exportação, só, não resolve problemas do País

O ex-ministro Celso Furtado condenou ontem o condicionamento "cego" do processo de desenvolvimento brasileiro ao desempenho do setor externo, frisando que o centro dinâmico da economia deve permanecer em seu setor industrial ligado ao mercado interno.

— Pretender internacionalizar o sistema industrial brasileiro é condenar ao desmantelamento segmentos importantes do mesmo, à semelhança do ocorrido na Argentina. Além disso, significa limitar consideravelmente a capacidade do processo de industrialização.

Celso Furtado retornou ontem à Confederação Nacional da Indústria (CNI) após 20 anos, e debateu com cerca de 30 empresários a economia brasileira, durante quase três horas. Na última vez em que o ex-ministro esteve na CNI, apresentou o Plano Trienal do governo João Goulart.

DIVERGÊNCIAS

Considerada como brilhante por diversos técnicos e empresários presentes, a exposição do economista não deixou de ser polêmica. Um dos vice-presidentes da CNI, Paulo Vellinho, só concordou com Celso Furtado em um ponto: a inflação. Para ambos, a principal causa está no desequilíbrio das contas do Governo. Eles acham que este fato é proveniente da falta de planejamento, da incoerência na política de investimentos e da sobrecarga do setor público.

Um aspecto que gerou divergência foi o enfoque dado ao endividamento externo do País e à política de exportações. Celso Furtado considera que o maior perigo, atualmente, reside em subordinar a política industrial aos problemas do balanço de pagamentos. A seu ver, "ninguém é suficientemente ingênuo para crer que o Brasil vai pagar sua enorme dívida externa com magros saldos da balança comercial obtidos à custa da estagnação econômica". Ele considera o estímulo às exportações condição essencial, mas não suficiente, para sustentar o desenvolvimento econômico.

Paulo Vellinho acredita que a economia brasileira tem, hoje, dois grandes impasses para superar, que são a inflação e, principalmente, o endividamento externo. Por isso, disse, é vital a continuidade da política de incremento das exportações.

O ex-ministro, no entanto, acha que a doutrina que prega que "fora da exportação não há solução" condene o Brasil a ta-



Vinte anos depois, Celso Furtado (segurando os óculos) fala a empresários na CNI, tendo a seu lado Paulo Vellinho

xas relativamente baixas de crescimento e tira da indústria seu papel de formadora do mercado interno. Para ele, é impossível que o País monte um sistema todo competitivo internacionalmente, daí a necessidade de seletividade.

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

Celso Furtado condenou, também, a postura do Governo de considerar a renegociação da dívida externa como "questão de honra nacional", lembrando que, no ano passado, oito países deixaram de pagá-la; este ano, de 20 a 25 países não vêm realizando o pagamento. Para o economista, o Brasil deveria primeiramente tentar uma negociação política, entre governos, no que diz respeito aos prazos, e não com banqueiros, em relação às taxas de juros.

Ele defende essa negociação o quanto antes, enquanto o Brasil tiver condições de barganha no mercado internacional, pois, quando não houver mais reservas, o sistema financeiro internacional imporá "condições draconianas, que manterão internacionalizado o nosso sistema monetário-financeiro". Um exemplo de bom resultado da renegociação da dívida, citado pelo economista, foi o da Polônia. Furtado acredita no sucesso do Brasil nessas negociações, tendo em vista o peso que o País já tem, hoje, na economia in-

ternacional e, em particular, na do Terceiro Mundo.

ELEIÇÕES E MALVINAS

Um outro ponto de divergência entre o economista e os empresários diz respeito à época ideal para realizar mudanças na economia. O empresário gaúcho Paulo Vellinho defende uma tomada imediata de posições em relação à conjuntura adversa, enquanto Celso Furtado reconhece que, dificilmente, o Governo terá condições de realizar modificações substanciais em sua orientação econômica antes das eleições de novembro. Depois, no entanto, ele vê como dever de todo brasileiro participar no processo de definição de uma política de longo prazo, para retomar o controle do País e contornar os problemas de base.

O ex-ministro classificou o conflito pela posse das Ilhas Malvinas como "uma aventura militar que demonstrou ao mundo suas graves consequências", desaconselhando ao Brasil ou a qualquer outro país a montagem de uma estrutura comercial em torno. Lembrando que, há 40 anos, não havia nenhum ato bélico na América Latina, ele frisou que "o desastre em que se transformaram as economias da Argentina, do Iraque e da Somália comprovam que guerra não é mais um meio de se fazer política".